

## A feminização do magistério primário no Brasil:

uma leitura do silêncio dos anuários do Ensino do Estado de São Paulo (1907-1927)

Rosane Michelli de Castro

Alexandre de Castro

**Como citar:** CASTRO, Rosane Michelli de; CASTRO, Alexandre de. A feminização do magistério primário no Brasil: uma leitura do silêncio dos anuários do Ensino do Estado de São Paulo (1907-1927). *In:* BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino (org.). **Mulheres, gênero e sexualidades na sociedade:** diversos olhares sobre a cultura da desigualdade - volume 2. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p.207-225. DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-86-6.p207-225>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Campus de Marília



**CULTURA  
ACADÊMICA**  
*Editora*



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

# A FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO PRIMÁRIO NO BRASIL - UMA LEITURA DO SILÊNCIO DOS ANNUARIOS DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO (1907-1927)

*Rosane Michelli de Castro*

*Alexandre de Castro*

## INTRODUÇÃO

No final do século XIX, durante o processo de universalização do ensino primário, processo este então consolidado em países da Europa e Estados Unidos da América do Norte, como afirmou Souza (1998, p. 20-21), as discussões em torno da necessidade da difusão da instrução pública no Brasil ressurgiram estreitamente atreladas aos novos interesses sociopolíticos e às novas concepções educacionais.

No interior do projeto republicano a instrução pública no Brasil ressurgiu com uma finalidade específica de impulsionar a reconstrução de uma nova sociedade brasileira com bases firmadas na crença comum na

época em todo o mundo, de que a difusão da instrução, começando-se pelo curso preliminar, “era a mais criadora das forças econômicas, a mais fecunda de todas as medidas financeiras”, como observou Degani (1973).

Reafirmando e, ao mesmo tempo, saindo como estado que deveria ser modelar em suas ações em torno desse compromisso, os discursos das chamadas “altas autoridades” da instrução pública paulista ganham espaço de circulação nos *Annuarios do Ensino do Estado de São Paulo - AEs*<sup>1</sup>, publicados entre 1907-1927, primeiramente, pela Inspeção Geral do Ensino e, após 1909, pela Diretoria Geral da Instrução Pública do referido estado, sobre a situação e os direcionamentos da instrução pública primária paulista e, particularmente, do seu professorado no interior do aparelho escolar paulista.<sup>2</sup>

De acordo com os estudos realizados por Pinto (1994, p. 111-4), sobretudo durante a década de 1900 e 1910 foi grave o quadro de desemprego e de miséria em São Paulo. O acelerado processo de mudanças na estrutura econômica em busca de uma nova era de progresso não conseguiu dar conta da situação de miserabilidade da população. A ampla propaganda empreendida pela política imigrantista cafeeira para atrair mão de obra barata engrossou o exército de desempregados em todo o estado de São Paulo, que se mostrou economicamente incapaz para acomodar o amplo contingente da classe trabalhadora disponível para o processo produtivo. Em outras palavras, ocorreu na capital paulista um súbito aumento populacional, desproporcional à sua capacidade de gerar empregos, ocasionando o aparecimento de um clima de miséria e de busca por oportunidades de ascensão social e, no limite, da própria sobrevivência.

Nesse contexto, a educação escolarizada surgiu como instrumento privilegiado de ascensão social e a profissão de docente público primário personificou as esperanças de mobilidade das diversas camadas da população inflamadas pelos discursos laudatórios acerca do papel a ser desempenhado pelos professores primários. Certamente que tais discursos não chegaram até as massas populacionais via *AEs*, visto que a sua circulação foi restrita às autoridades da instrução pública. Entretanto, é muito provável que

---

<sup>1</sup> Daqui em diante, os *Annuarios do Ensino do Estado de São Paulo* serão referendados pela abreviatura *AEs*.

<sup>2</sup> A expressão aparelho escolar paulista, por vezes utilizada nesta pesquisa, fora uma expressão de época utilizada para designar o conjunto das instituições de ensino público e está vinculada à ideia dos primeiros republicanos de fazê-lo funcionar como um conjunto integrado.

os discursos de exaltação da profissão de docente tenham chegado até a população por meio dessas autoridades, haja vista o grande prestígio social de que gozavam e, em virtude do qual se faziam ouvir por toda a população local, habitualmente frequentadora dos eventos escolares, como festas de encerramento do ano letivo, inauguração de escolas e comemorações cívicas, considerados verdadeiros eventos sociais.

Segundo Souza (1998, p. 253-5),

A festa de encerramento compreendia, pois, uma festa oficial, uma solenidade na qual, reunindo toda a comunidade escolar, as famílias, as pessoas “gradas” da sociedade, as autoridades e a imprensa, a escola reafirmava sua identidade e o seu valor social. Por isso, nada melhor para divulgar o seu trabalho e o seu prestígio do que o ar solene, grave, formal dessas festas, juntamente com o espetáculo, a encenação realizada pelos próprios alunos - sentido primeiro da existência da escola. A escola tornava-se palco e cenário, algumas vezes caprichosamente ornamentado, onde alunos-atores encenavam para a sociedade o espetáculo da cultura, das letras, da ordem, das lições morais e cívicas.

...

Nas festas de encerramento, a grande celebração da cultura era revestida de pompa e gala. As primeiras festas realizadas na escola-modelo da capital contaram com a presença do presidente do Estado e do secretário do Interior, demonstrando o prestígio atribuído à escola pública e às instituições de ensino renovado.

Nesse sentido, o que apresentamos neste texto, são aspectos do processo de feminização do magistério no Brasil, no início do século XIX, os quais já contam com bibliografia vasta e representativa na História da Educação, mas que, porém, em tempos de busca e lutas pelos direitos e manutenção de conquistas sociais históricas das parcelas populacionais consideradas “minorias”, precisam ser retomadas para que se possa perspectivar outras conquistas que ainda necessitam do engajamento das várias áreas da pesquisa no Brasil.

## **PROFISSÃO DOCENTE: NOBRE FUNÇÃO SOCIAL NOS DISCURSOS DOS ANUÁRIOS DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO – AEs**

No *AE de 1909-1910* ([1910], p. 1-4), o então Diretor Geral da Instrução Pública, Oscar Thompson, em relatório apresentado ao Secretário do Interior, assim se pronunciou, relativamente à atividade docente dos professores primários: “O papel dos mestres, melhor compreendido, avulta constantemente aos olhos de todos os espíritos providentes que os consideram *not merely leaders of children, but makers of society.*” [...] Nossas escolas ensinam bem geralmente e têm contribuído bastante para a cultura da nossa sociedade. Entregues a professores competentes, cheios de entusiasmo e vocação pelo ensino, elas aí se encontram prontas para novos empreendimentos.

No *AE de 1911-1912*, o então Diretor Geral da Instrução Pública, João Chrysostomo Bueno dos Reis Junior, em relatório apresentado ao Secretário do Interior, referiu-se aos professores do ensino primário como “Obreiros da nova cruzada em prol do ensino paulista.” (p. 10). E, no *AE de 1913* (1913, p. 13), o mesmo João Chrysostomo traçou as seguintes considerações: “Não se deve esquecer nunca que o futuro de um país depende muito do professor público primário.”

Incentivados ou não pela tônica laudatória dos discursos das autoridades da instrução pública da época, o certo é que o número de homens e principalmente de mulheres em busca das escolas de formação para o exercício de tal profissão aumentou consideravelmente a cada ano, principalmente se comparado ao número de alunos matriculados nos ginásios oficiais do estado voltados para o ingresso nos cursos superiores.

Sem dúvida, a crescente procura pela profissão de docente primário, via escolas normais, sofreu a influência de outro determinante relacionado com a variação do valor da taxa de matrícula entre os diferentes tipos de estabelecimentos: 100\$000 para a matrícula nas escolas normais e escolas complementares, enquanto que para a matrícula nos ginásios do Estado era cobrada uma taxa maior igual a 150\$000 e 200\$000, respectivamente. O pagamento de qualquer uma das taxas citadas poderia ser efetuado em duas prestações, uma no começo e outra no fim do ano letivo, e, segundo a letra da Lei regulamentadora dessas disposições, poderia ser concedida,

na proporção de 10% a matrícula gratuita a alunos pobres que viessem requerê-la.<sup>3</sup>

O número anual de matrículas nas escolas de formação nem sempre foi o correspondente ao número de alunos que, ao concluírem esse curso, iriam se dedicar a profissão de docente primário. Relativamente às mulheres, Almeida (1998, p. 121) afirmou que muitas delas, “[...] solteiras e casadas formavam-se professoras, mas eram impedidas de ensinar pelos pais e maridos, inclusive necessitando da autorização do cônjuge as casadas que quisessem matricular-se na Escola Normal.”

Mesmo considerando essa discrepância entre o número de matrículas e o número de alunos formados que efetivamente ingressaram no magistério, os dados numéricos, relacionados no quadro I, II, III, IV, V e VI, e no gráfico I, sobre o número de matrículas nas escolas normais e nos ginásios da Capital, Campinas e Ribeirão Preto, informados mediante as várias publicações dos *AEs* podem ser tomados como um indicativo do fenômeno da grande demanda pela profissão de docente primário do ensino público:

Quadro I - Número de matrículas nas escolas normais e nos ginásios do Estado, em 1914.

Ano de 1914	Alunos Matriculados
Escolas secundárias	767
Escolas Normais do Estado	3.192

Fonte: Anuario do Ensino... de 1914, [1915?], p. 6-7.

Quadro II - Número de matrículas nas escolas normais e nos ginásios do Estado, em 1916.

Ano de 1916	Alunos matriculados	Total de alunos matriculados
Ginásios do Estado	385	385
Escola Normal secundária	473	1.051
Escola Normal primária anexa	578	

Fonte: Anuario do Ensino... de 1917, 1918, v.2, p. 37 e 48.

Quadro III - Número de matrículas nas escolas normais e nos ginásios da Capital, Campinas e Ribeirão Preto, em 1918.

Ano de 1918	Total de alunos matriculados
Ginásios do Estado	890
Escolas Normais (mantidas pelo Estado)	3.396

Fonte: Anuario do Ensino... de 1918, [1919?], p. 542-7.

#### Quadro IV - Número de matrículas nas escolas normais e nos ginásios do Estado, em 1919.

Ano de 1919	Total de alunos matriculados
Ginásios do Estado	901
Escolas Normais (mantidas pelo Estado)	2.597

Fonte: Anuario do Ensino... de 1920-21, [1921?] p. 448-9.

#### Quadro V – Número de matrículas nas escolas normais e nos ginásios do Estado, em 1920.

Ano de 1920	Total de alunos matriculados
Ginásios do Estado	764
Escolas Normais (mantidas pelo Estado)	2.597

Fonte: Anuario do Ensino... de 1920-1921, [1921?], p. 448-9.

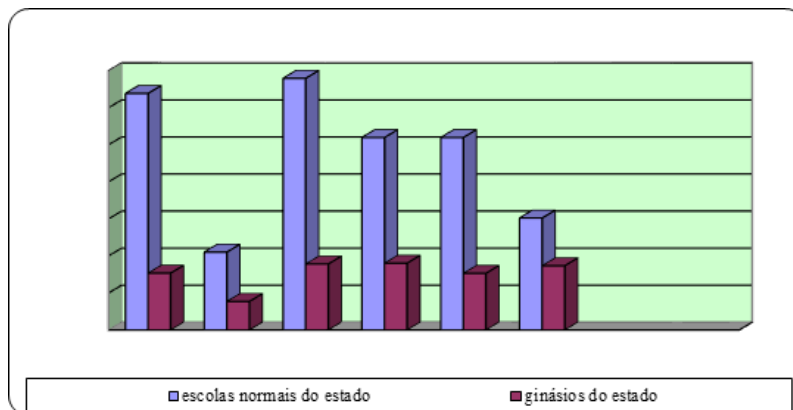
#### Quadro VI – Número de matrículas nas escolas normais e nos ginásios do Estado, em 1923.

Ano de 1923	Total de alunos matriculados
Ginásios do Estado	867
Escolas Normais	1.511

Fonte: Anuario do Ensino... de 1923, 1924, p. 564 e 9.



Gráfico Demonstrativo I - Número de matrículas nas escolas normais e nos ginásios do Estado, entre 1914 e 1923.



Fonte: Elaboração dos autores.

As construções discursivas materializadas nos *AEs* apontaram para o fenômeno de demanda crescente para o magistério primário, mesmo considerando o decréscimo no número das matrículas nos seus cursos de formação após o ano de 1918, fato este que não implicou num aumento do número de alunos matriculados nos ginásios estaduais, que se mostraram estáveis.

No *AE de 1911-12 e 1917*, essas foram as observações do então Diretor Geral da Instrução Pública, João Chrysostomo Bueno dos Reis Junior relativamente ao excessivo número de alunos da Escola Normal da Capital:

Presentemente a Escola Normal da Capital continua, como sabemos, a preparar candidatos ao magistério. Devido, porém, ao avultado número de alunos que a freqüentam, ela constitui hoje uma verdadeira colmeia humana. Lentes estudantes, funcionários, aulas, horas de trabalho, tudo ali se multiplicou. (ANNUARIO do Ensino... de 1911-1912, 1913, p. 11).

As nossas escolas normais continuam a atrair uma grande parte da nossa mocidade, principalmente de moças, que buscam no respectivo curso, senão a realidade de uma vocação para que se sentem atraídas, pelo menos, a procura de um meio de habilitação para a luta pela vida. Quer num, quer noutro caso, é sempre louvável esse movimento, que tem como resultante a cultura dos

nossos jovens patricios, em benefício próprio ou da coletividade, conforme o destino ou as inclinações de cada um. (ANNUARIO do Ensino... de 1917, 1917, p. 5-6)

Clamam alguns contra a superabundância de professores, dizendo que já temos demais. Os que assim se manifestam entendem que somente precisamos de um professor para cada escola, quando bem ao contrário deve ser o nosso ideal. Cada professor que saia das nossas escolas com o espírito e o coração bem formados, será uma energia a mais na propulsão do nosso progresso e irá influir poderosamente no seio da sociedade para o seu aperfeiçoamento e a realização dos seus altos destinos.

Formem-se, pois professores às centenas, aos milhares, todos os anos e com isso só terão a lucrar a nossa cultura geral e o nosso engrandecimento. (ANNUARIO do Ensino... de 1917, 1917, p. 5-6)

As construções discursivas de João Chrysostomo dos Reis Junior, de um lado exaltaram a figura do professor primário a indicar a tal profissão como sendo socialmente promissora; de outro, ressaltaram os parcos vencimentos percebidos pelos professores e as péssimas condições de trabalho, tecendo uma imagem da profissão de docente primário pouco rentável economicamente:

Ainda outra medida, que considero de urgente necessidade e, ao mesmo passo, de muita justiça é a melhoria de vencimentos aos professores públicos. Tendo eles sofrido, por força das circunstâncias financeiras do Estado, um desconto em seus vencimentos até agora não tiveram, como teve o resto do funcionalismo público, o restabelecimento ou melhoria de sua situação econômica. (ANNUARIO do Ensino... de 1911-1912, 1913, p. 20).

Ora, conhecendo eu a extrema bondade de V. Exa. e de muitos excelentíssimos senhores senadores e deputados, no sentido de restabelecer os vencimentos do professorado, conto certamente que não será transferida para mais tarde tão justa e necessária medida, agora que as condições financeiras do Estado, penso, já não exigem mais este sacrifício de seus servidores, e que o orçamento doméstico mais bem equilibrado sofreu um aumento de 25% (A porcentagem é bem mais elevada, como ninguém desconhece) nas despesas, em

virtude da carestia geral. (ANNUARIO do Ensino... de 1911-1912, 1913, p. 20).

A condição precária do professor torna-se penosa se tem de exercer o magistério em S. Carlos, Jaú, Ribeirão Preto, Santos ou Capital, onde o aluguel de uma sala lhe absorve mais de um terço de seus vencimentos, pelo que é tolerado o funcionamento de escolas em salas pouco espaçosas, com má disposição de luz e difícil renovação de ar, isto é, em salas onde escasseiam as condições pedagógicas e higiênicas. (ANNUARIO do Ensino... de 1911-1912, 1913, p. 33).

Em meus anteriores relatórios, tenho me referido a várias medidas, que considero de grande alcance em benefício do ensino, algumas de ordem geral e outras de ordem propriamente administrativa. Entre as medidas que se destacam estão:

- a melhoria dos vencimentos dos professores públicos. (ANNUARIO do Ensino... de 1915, [1916?], p. V).

Ninguém ignora as prementes dificuldades econômicas com que lutam os professores, principalmente os da Capital; mas uma tal medida, por pequeno que fosse o aumento a se fazer exigindo-se assim uma melhoria em seus vencimentos, avultaria de tal modo as despesas do Estado, à vista do número de funcionários, que constituiria um ônus pesadíssimo, só aconselhável em época mais folgada (ANNUARIO do Ensino... de 1915, [1916?], p. XXI).

No primeiro extrato reproduzido, no *AE de 1911-1912* (p. 20), João Chrysostomo Bueno dos Reis Junior fez referência a um desconto de 15% que o professorado sofreu em seus vencimentos e que ainda não tinha sido restabelecido. Segundo Catani (1989, p. 279), houve uma promessa do Governo do Estado de que, tão logo a situação econômica melhorasse, cessaria o desconto, já que se afirmou tratar-se apenas de uma ajuda ao Estado.

Também na publicação do *AE de 1918*, as construções discursivas dos inspetores escolares Benedito M. Tolosa (p. 753-5), e Cypriano da Rocha Lima (p. 821-2), respectivamente reproduzidas na sequência abaixo, ressaltaram os baixos vencimentos do professorado público primário paulista e os percalços encontrados no exercício do trabalho docente:

Aconselhar que os professores façam economias é uma irrisão, uma dura ironia. O professor ganha atualmente apenas o suficiente para não morrer de fome, morando pessimamente e vestindo mal; não pode, pois, economizar um tostão sequer para constituir um pecúlio capaz de ampará-lo na adversidade.

É humanamente impossível que o novel professor trabalhe proficuamente, pois se for consciencioso, não iniciará seu papel na espinhosa missão de educar e instruir, sem primeiro estudar meticulosamente o meio em que vai residir, dada a natureza do cargo que vai exercer.

A respeito dos baixos vencimentos do professorado público primário paulista, em 1918, a *Revista de Ensino*, periódico da Associação Beneficente do Professorado Público do Estado de São Paulo<sup>4</sup>, reproduziu o discurso do Sr. Piza Sobrinho, solicitando o aumento equitativo dos vencimentos dos professores de escolas de bairros (isoladas) e dos grupos escolares, pois os vencimentos dos professores dessas escolas eram ainda mais baixos que os dos professores dos grupos:

Ninguém contestará que o professorado público do nosso Estado é muito mal remunerado, e que os seus vencimentos absolutamente não são bastantes sequer para a necessidade mais urgente da vida, quanto mais para o conforto material e a representação que ele deve ter na sociedade.

A tabela vigente dos vencimentos do professorado é a do decreto n. 1.239, de 30 de setembro de 1904, pela qual percebem os professores de bairro 2:400\$000; em cidades, 3:100\$000, e em grupos escolares, 3.500\$000 anuais.

As construções discursivas sobre as condições de vida e trabalho, e vencimentos dos professores da instrução pública primária por parte das várias autoridades da instrução pública criaram uma imagem ambígua sobre a profissão de docente primário que colocava esses profissionais entre duas situações aparentemente contraditórias: a dos profissionais dotados de importante papel social e, ao mesmo tempo, a dos profissionais que viviam em situação de grandes dificuldades financeiras.

---

<sup>4</sup> Sobre a Associação Beneficente do Professorado Público do Estado de São Paulo e seu periódico, a *Revista de Ensino*, ver estudo aprofundado de Catani (1989).

Entretanto, em tempos em que a grande maioria dos trabalhadores dos centros industriais, quando conseguiam se manter no emprego estavam sujeitos aos “salários de fome”, e, sem qualquer qualificação, não gozavam de qualquer prestígio social, como afirmou Pinto (1994, p. 74), o discurso laudatório sobre a profissão de docente primário certamente deu a esta última uma imagem atraente, principalmente aos olhos de operários e pequenos proprietários, de muitas famílias de imigrantes e das mulheres que tentavam inserir-se no mercado de trabalho assalariado e conquistar *status* e respeitabilidade no interior da sociedade.

### **PROFISSÃO DOCENTE: MISSÃO SACERDOTAL DO PROFESSOR PRIMÁRIO NOS DISCURSOS DOS *ANNUARIOS DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO* – *AEs***

Ao discurso de exaltação da profissão de docente primário relacionando-a a uma profissão de nobre função social, porém sem visar lucros, juntou-se o discurso da missão sacerdotal do professor primário, de obscurecimento da própria individualidade, de sacrifícios dos desejos pessoais de enriquecimento material, no sentido de que o professor primário deveria render votos de obediência e disciplina em função de um plano maior oficialmente preestabelecido pelas urgências políticas e sociais da época. A respeito das medidas propostas para uma melhoria do estado da instrução pública paulista em função do que era considerado urgências sociais, Sud Mennucci, no *AE de 1923* (1924, p. 135), elogiou a reforma da instrução pública do estado de São Paulo de 1920, que estabeleceu, entre outras coisas, a obrigatoriedade e gratuidade de instrução a todas as crianças de nove e dez anos de idade, e facultativa, nas vagas, às crianças de outras idades, chamando-a de “lei de salvação”:

Tendo sido, antes de tudo, um plano alfabetizante insistentemente reclamado por todos quantos neste país levam a sério os problemas capitais da raça, poder-se-lhe-ia chamar, sem exageros retóricos, “lei de salvação pública”, e nessas condições todas as sugestões tendentes a aperfeiçoá-la devem ser bem aceitas.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Lei n. 1.750, de 8-12-1920, da Reforma da Instrução Pública do Estado de São Paulo (COLEÇÃO das Leis e Decretos..., 1920, p. 35-6).

No *AE de 1917*, v. 1º, os discursos de Olavo Bilac pronunciados aos alunos da Escola Normal, e de Oscar Thompson, então Diretor Geral da Instrução Pública, deixaram claro a existência de um excessivo interesse em situar a profissão de docente da instrução primária no interior do projeto político-social oficial, impregnado de inequívoco sentido disciplinador, influenciados por ideais e finalidades cívico-patrióticos, apregoados pela Liga de Defesa Nacional, fundada, segundo Nagle (1966), pelo próprio Olavo Bilac, juntamente com Pedro Lessa, e pela Liga Nacionalista de São Paulo, da qual, conforme Monarcha (1999, p. 298), Thompson teria sido um dos líderes. Tratava-se, pois, de acordo com De Luca (1999, p. 27), de um momento de proliferação de ligas e facções políticas que careciam de “indivíduos aptos a contribuir no trabalho de legitimação das pretensões hegemônicas acalentadas por diferentes grupos”.

Quando um verdadeiro professor primário sente a completa e clara responsabilidade do seu cargo, a sua alma é invadida de uma anagogia estática, como o arrebatamento do espírito, que, nos primeiros tempos da vida monástica, transfigurava o asceta. Na sua cadeira de educador, o mestre recebe a visita de um deus: é a Pátria que se instala no seu espírito. O professor, quando professor, quando professa, já não é um homem; sua individualidade anula-se: - ele é a Pátria, visível e palpável, raciocinando no seu cérebro e falando pela sua boca. A palavra, que ele dá ao discípulo, é como hóstia, que, no templo, o sacerdote dá ao comungante. É a eucaristia cívica. Na lição, há a transubstanciação do corpo, do sangue, da lama de toda a nacionalidade.

Este é o mais belo dever, e o mais nobre sacrifício do professor: a abdicação de si mesmo. Abdicação que é conquista e engrandecimento. Porque, depois da investidura, o sacerdote é tudo, quando deixa de ser homem: - é a Nação.

Diz-lhe a Pátria, quando lhe dá a honra do sacerdócio; ‘És o representante direto da minha força e da minha necessidade. Aqui dentro desapareces: sou eu quem em ti aparece e se afirma ... (Bilac, ANNUARIO do Ensino...de 1917, v. 1, 1917, p. 210-2)

Quanto à pedagogia social, precisamos convir que a educação, no Estado, não pode ter os mesmos moldes e fins absolutamente idênticos em toda a parte, devido à sua grande extensão territorial. A da zona urbana, mais esclarecida e mais exigente, quanto à

extensão do ensino, requer melhores e mais aperfeiçoados aparelhos escolares.

Pode-se dizer que ela está feita, porque não há localidade, em São Paulo, que não tenha, segundo a sua importância, um ou mais Grupos Escolares, ou, simplesmente, escolas. Há ainda na mesma zona três ginásios, três escolas profissionais, onze escolas normais, além da Escola Agrícola de Piracicaba, subordinada à Secretaria da Agricultura, e outras casas de ensino superior.

A educação, aí, apresenta, pois, uma outra feição pedagógica, diferente da do povo, que habita a zona marítima e o chamado Nordeste de São Paulo, cuja população rural, constituída, quase exclusivamente, de descendentes de caboclos que se dedicam ao amanho da terra, precisa ter escolas que cuidem, primordialmente, de afastar as causas do seu abatimento moral; levantar-lhes o caráter; dar-lhes hábitos de trabalho e fazer a propaganda dos novos processos de agricultura.

Nas zonas Oeste e Nordeste, cuja população rural é, na sua grande maioria, descendente de estrangeiros, a principal preocupação da escola deve ser o ensino da língua, como primeiro fator de assimilação, e o conhecimento dos homens e da terra brasileira. (THOMPSON, ANNUARIO do Ensino... de 1917, v. 1, 1917, p. 9-10)

O professor, em geral, e o professor público primário, especialmente, tem uma pesada tarefa a desempenhar na sociedade. Ou seus alunos são oriundos de famílias já nacionalizadas, isto é, que já se elevaram à concepção real da pátria; ou de família ainda num grau medíocre de civilização, nas quais a idéia de pátria apenas se limita à do campanário e das fronteiras do município que os viram nascer; ou de famílias vindas de outros países, umas já educadas e tendo no coração uma idéia elevada de pátria; e outras com uma civilização elementar, muito semelhante à do nosso caboclo.

O professor tem, pois, de elaborar uma matéria assaz heterogênea para fazer dela um produto útil à nacionalização de nosso grande e vasto país.

A idéia de pátria, com a dupla intuição de direitos e deveres, é o resultado da cultura, deve o seu desenvolvimento aos esforços da educação fornecida pelas escolas em grande parte.

Não é mister agora exhibir largos raciocínios para demonstrar a importância do papel do educador em face do caboclo e do estrangeiro. É mister, entretanto, que o professor não se contente apenas com saber que seu papel é importante, mas sim que essa importância desaparecerá, por completo, se não der bom desempenho a seu papel, se não souber corresponder às esperanças em sua ação depositadas”. (ANNUARIO do Ensino...de 1918, [1919?], p. 744)

No período imediatamente anterior a 1920, quando as primeiras manifestações nacionalistas apareceram de maneira mais sistemática e mais influente no campo da escolarização, os pronunciamentos de Oscar Thompson sobre as condições de trabalho dos professores públicos primários e de exaltação da profissão de docente, ao mesmo tempo em que sugerem uma leitura das preocupações de urgências político-sociais relativamente aos rumos da instrução pública paulista, permite a identificação de um poderoso mecanismo mobilizador das decisões das pessoas no momento da escolha por essa profissão, de maneira que fossem atraídas para magistério primário aquelas pessoas capazes de adequarem-se nos padrões exigidos:

Há, porém, uma dificuldade a vencer de que depende a boa orientação da escola e a sorte das crianças que a freqüentam: a escolha de professores.

Não basta a competência que o diploma leva a pressupor; além das indispensáveis qualidades intelectuais, esses professores devem possuir muita afetuosidade, muito amor à infância, muita dedicação ao cumprimento de seus deveres e uma nítida compreensão do inestimável serviço que prestam ao indivíduo e à sociedade.

A sua seleção, pois, é de grande responsabilidade, porque pode comprometer o futuro da instituição.

Entretanto, como esses professores terão de justiça maiores vencimentos, visto só viverem na escola e para a escola, não faltará candidatos ao preenchimento de tão difícil quão honroso cargo.

Parece-me haver um meio de facilitar a seleção: apelar o Governo para a honorabilidade e responsabilidade do Sr. Dr. Diretor Geral da Instrução Pública e dos Srs. inspetores escolares, para que, tendo em vista tão só e unicamente o elevado fim a colimar, indiquem



professores e professoras que, pela sua competência, bondade e dedicação reconhecida, estejam realmente em condições de bem desempenhar a alta missão que lhes incumbe. Assim, estou certo de que só serão indicados os mais dignos, os mais capazes. (THOMPSON, ANNUARIO do Ensino...de 1917, v.1, 1917,p. 197).

Entretanto, estava claro que a formação e atuação docente que compartilhavam, fez dos homens e mulheres, imigrantes ou nacionais, pessoas em condições compatíveis para estarem e ocuparem as várias funções do magistério público primário.

### **BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Além de as próprias construções discursivas das autoridades da instrução pública poderem ser interpretadas como poderosos mecanismos de indução da demanda pela profissão de docente primário, elas permitem também que se proceda a uma análise e interpretação de outros mecanismos próprios utilizados pelos poderes oficiais no âmbito da instrução pública com a mesma finalidade.

Neste texto, são justamente aspectos desses mecanismos que procuramos interpretar à luz das formações discursivas contidas nos *Annuarios do Ensino do Estado de São Paulo – AEs*, que apontam alguns dos fenômenos peculiares ao processo da demanda pela profissão de professor primário durante as primeiras décadas do século XX, como o da feminização do corpo docente que se dirigia para o interior das salas de aula da instrução pública primária, a presença maciça dos homens nos cargos de comando do aparelho escolar paulista e, a inevitável e gradativa inserção dos descendentes de estrangeiros na atividade docente.

Relativamente às mulheres, o fato de o magistério público primário garantir-lhes o direito a dias de licenças, significaria poder exercer uma atividade profissional remunerada sem, no entanto, deixarem de dedicar-se aos deveres domésticos.

Conforme Pinto (1994, p. 74), durante as primeiras décadas republicanas, também as mulheres se viram às voltas com a necessidade

de ingressarem no mercado de trabalho para auxiliar a renda familiar, ou mesmo, como única fonte de renda da família em decorrência ao alto índice de desemprego. Assim, de maneira particular, a Lei n. 1.310 K, de 30-12-1911, Artigo 22, supõe-se ter sido importante para mulheres: “À mulher, em estado de gravidez, que exercer qualquer função, cargo ou emprego público, será concedida, com todos os vencimentos, uma licença de dois meses, correspondentes ao último mês que precede e ao primeiro que sucede ao parto.” (COLEÇÃO das Leis e Decretos..., 1911, p. 185)

As possibilidades de a mulher poder desfrutar de licenças ou então, de um período maior de férias proporcionadas aos professores públicos, teria significado maior tempo de dedicação aos filhos e ao marido. Diante dessas condições, as mulheres puderam, segundo Almeida (1998, p. 115) considerar-se duplamente beneficiadas, pois, podiam ser mães e professoras, “com aceitação e autorização social”.

João Chrysostomo, no *AE de 1914*, imprimiu ao trabalho de docente primário o caráter de trabalho domiciliar, podendo ser exercido na chamada casa-escola.

Ou seja, se à docência era importante e necessária a presença e atuação das mulheres, significa dizer que esse não foi um espaço “concedido” pelos homens às mulheres, por ter deixado de ser significativo pelos poucos vencimentos e ou condições de trabalho. Na verdade, esse espaço, reafirmamos neste artigo, assim como outros pesquisadores, foi uma conquista social das mulheres, de um espaço de trabalho caro a todas as pessoas em um momento sócio-político-econômico com reduzidas possibilidades para ingresso e manutenção no mundo do trabalho, como no momento em que estamos, meados da segunda década do século XXI.

Com relação aos imigrantes, nos anos de 1910, de acordo com Ghiraldelli Jr. (1987, p. 40-1), no interior das fábricas e indústrias, onde a composição do operariado pautou-se pela predominância dos imigrantes, principalmente de italianos, espanhóis e portugueses, o trabalho foi severamente vigiado, disciplinado e hierarquizado e frequentemente eclodiram greves contra o regime opressivo de trabalho.

Thompson e demais autoridades da instrução pública ressaltaram os perigos advindos com a denominada de “questão social”. Conforme Ghiraldelli Jr. (1987, p. 36-86), o Governo e elites dominantes trataram os

conflitos gerados pelas pressões e reivindicações dos operários paulistas, de maneira a dissimular os problemas sociais e a luta de classes.

Frente a esse contexto, os inspetores escolares apostaram no argumento do necessário despertar dos sentimentos patrióticos entre a população heterogênea do estado, por meio da ação das escolas públicas.

Revelando a sua predileção implícita pela substituição dos indivíduos de origem estrangeira, considerados os responsáveis pelos conflitos sociais, por indivíduos disciplinados nos limites dos ideais patrióticos, Thompson nos *AEs de 1917*, v. 1º, e *1918*, ressaltou a importância de um bom preparo profissional dos nacionais e sobretudo do professorado paulista:

Mas, certamente movidos pelo desejo e necessidade de buscarem oportunidades de sobrevivência, integração, reconhecimento e ascensão social, os descendentes dos imigrantes constituíram importante contingente dos alunos das escolas normais e dos professores do quadro do magistério público primário, mesmo considerando a existência de uma aversão dos estrangeiros às ideias pedagógicas e educacionais hegemônicas na esfera da instrução pública do estado de São Paulo, exaustivamente analisadas por Ghiraldelli Jr. (1987).

As obras de Ghiraldelli Jr. (1987) e Pinto (1994), informaram que durante as primeiras décadas do século XX, o operariado paulista vivia inseguro perante a inexistência de leis trabalhistas que garantissem-lhe direitos básicos, como por exemplo: a estabilidade no local de trabalho e direito à licenças e férias. Além disso, que percebiam um “salário de fome”, sofriam repreensões e, muitas vezes, agressões físicas.

Nesse sentido, as “excelências”, garantias de direitos trabalhistas da profissão de docente primário, foram essenciais também aos imigrantes e seus descendentes, frente às pouquíssimas chances de ascensão e reconhecimento social.

Assim, no início do século XIX, não se tratou de concessão do espaço do magistério, tanto às mulheres, quanto aos imigrantes e seus filhos, pelos homens nacionais. Sim, como afirmamos, de conquistas sociais, às quais acreditamos ser motivadoras das lutas que, atualmente, as ditas “minorias” têm travado por inserção social.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Jane Soares de. Vestígios para uma reinterpretação do magistério feminino em Portugal e Brasil (séculos XIX – XX). In: SOUZA, Rosa Fátima; VALDEMARIN, Vera Teresa; ALMEIDA, Jane Soares. *O legado educacional do século XIX*. Araraquara: UNESP – FCL, 1998. p.108-81.
- ANNUARIO do Ensino do Estado de São Paulo (1907-1908). [Publicação organizada pela Inspeção Geral do Ensino por ordem do Governo do Estado]. São Paulo: Augusto Siqueira & C., [1908].
- ANNUARIO do Ensino do Estado de São Paulo (1909-1910). [Publicação organizada pela Diretoria Geral da Instrução Pública por ordem do Governo do Estado]. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, [1910].
- ANNUARIO do Ensino do Estado de São Paulo (1911-1912). [Publicação organizada pela Diretoria Geral da Instrução Pública por ordem do Governo do Estado]. São Paulo: Tip. Siqueira, Nagel & Cia., [1913].
- ANNUARIO de Ensino do Estado de São Paulo (1913). [Publicação organizada pela Diretoria Geral da Instrução Pública por ordem do Governo do Estado]. São Paulo: Tip. Siqueira, [1914].
- ANNUARIO de Ensino do Estado de São Paulo (1914). [Publicação organizada pela Diretoria Geral da Instrução Pública por ordem do Governo do Estado]. São Paulo: Tip. Siqueira, [1915?].
- ANNUARIO do Ensino do Estado de São Paulo (1915). [Publicação organizada pela Diretoria Geral da Instrução Pública por ordem do Governo do Estado]. São Paulo: Augusto Siqueira & C., [1916?].
- ANNUARIO do Ensino do Estado de São Paulo (1917). [Publicação organizada pela Diretoria Geral da Instrução Pública por ordem do Governo do Estado]. São Paulo: Tip. do Diário Oficial, 1917.
- ANNUARIO do Ensino do Estado de São Paulo (1917). [Publicação organizada pela Diretoria Geral da Instrução Pública por ordem do Governo do Estado]. Augusto Siqueira, São Paulo, 1917, v.1.
- ANNUARIO do Ensino do Estado de São Paulo (1917). [Publicação organizada pela Diretoria Geral da Instrução Pública por ordem do Governo do Estado]. São Paulo: [Augusto Siqueira?], 1917, v.2.
- ANNUARIO do Ensino do Estado de São Paulo (1918). [Publicação organizada pela Diretoria Geral da Instrução Pública por ordem do Governo do Estado]. São Paulo: Augusto Siqueira, [1919?].
- ANNUARIO do Ensino do Estado de São Paulo (1919). [Publicação organizada pela Diretoria Geral da Instrução Pública por ordem do Governo do Estado]. São Paulo: Augusto Siqueira e C., [1920?].

- ANNUARIO do Ensino do Estado de São Paulo (1920-1921). [Publicação organizada pela Diretoria Geral da Instrução Pública por ordem do Governo do Estado. São Paulo: [s.n.], [1921?].
- ANNUARIO do Ensino do Estado de São Paulo (1922). [Publicação organizada pela Diretoria Geral da Instrução Pública por ordem do Governo do Estado. São Paulo: [s.n.], [1922?].
- ANNUARIO do Ensino do Estado de São Paulo (1923). [Publicação organizada pela Diretoria Geral da Instrução Pública por ordem do Governo do Estado]. São Paulo: Casa Vanorden, 1924.
- ANNUARIO do Ensino do Estado de São Paulo (1924-1925). [Publicação organizada pela Diretoria Geral da Instrução Pública por ordem do Governo do Estado]. São Paulo: [s.n.], [1927].
- ANNUARIO do Ensino do Estado de São Paulo (1935-36). [Publicação organizada pela Diretoria Geral da Instrução Pública por ordem do Governo do Estado]. São Paulo: Tip. Siqueira, [193?].
- CATANI, Denice Barbara. *Educadores à meia luz*. 1989. Tese (Doutorado em Educação) – FE/USP, São Paulo, 1989.
- COLEÇÃO das Leis e Decretos do Estado de São Paulo, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1893, 1896, 1897, 1898, 1903, 1904, 1910, 1911, 1912, 1915, 1919, 1920.
- DE LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999. (Prismas).
- DEGANI, Maria Therezinha. *Aspectos mais significativos da instrução no Estado de São Paulo na primeira década republicana*. São Paulo: Publicação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1973.
- GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. *Educação e movimento operário*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1987.
- MONARCHA, Carlos. *Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.
- NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade no Brasil – 1920 -1929*. 1966. Tese (Livre Docência) - FFCL de Araraquara, 1966.
- PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890-1914*. São Paulo: EDUSP, 1994.
- SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de Civilização: um estudo sobre a implantação dos Grupos Escolares no Estado de São Paulo, 1890-1910*. São Paulo: UNESP, 1998.